

Entrevista com Marco Lisi: “Em Portugal há um problema de transparência ao nível do Governo”

Marco Lisi, coordenador de um estudo sobre os grupos de interesse no sistema político, defende uma maior regulamentação do lobbying e também mais mecanismos de transparência, como a divulgação das agendas dos governantes e a incompatibilidade dos deputados-advogados.

Leonete Botelho | Público | 20 de Junho de 2022

Joaquim Martins Lampreia, um dos mais antigos e assumidos lobistas portugueses (já falecido), costumava dizer que a representação de interesses é a segunda mais velha profissão do mundo, para defender com afinco a sua regulamentação. Mas o Parlamento português atirou cinco anos de trabalho nesse sentido para o lixo, no final do ano passado.

Um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, divulgado esta segunda-feira, mostra a existência e a influência do *lobbying* no processo de decisão política e deixa à vista as lacunas legislativas ao nível dos processos de transparência, sobretudo no âmbito do Governo, que hoje acumula o poder executivo com a fatia de leão do poder legislativo. A palavra ao cientista político Marco Lisi, investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), da Universidade Nova, e coordenador do estudo “Os Grupos de Interesse no Sistema Político Português”.

Este estudo aponta para a necessidade de haver uma regulamentação da actividade do lóbi ou representação de interesses. Isso é essencial para haver mais transparência sobre os processos de decisão?

Sim, a questão fundamental, quer ao nível da opinião pública e dos média, quer ao nível da interacção dos agentes, é a transparência, pois é ela que sustenta a confiança nas instituições e pode promover a participação cívica nos processos legislativos. Quanto maior escrutínio houver das decisões políticas, quanto maior a *accountability* [do poder político], maior será a confiança dos cidadãos.

Este é um pilar fundamental estruturante do sistema democrático. Este estudo comprova que a acção dos grupos de interesse existe, quer ao nível da opinião pública, quer ao nível institucional, por isso, quanto maior transparência, melhor. Por outro lado, se soubermos que houve vários grupos sociais a envolverem-se [na definição de uma política pública] e a participar do processo de decisão, podemos perceber melhor como foi fundamentada uma decisão, e isso beneficia o sistema político e a democracia, pois a decisão será melhor aceite e terá mais eficácia.

O último pacote da transparência aumentou os procedimentos a que os deputados estão sujeitos no processo legislativo, mas o estudo mostra que, embora a maior fatia do poder legislativo esteja hoje no Governo, este tem muito poucos procedimentos de transparência. O Governo é opaco?

Sim, nós não analisamos o Governo porque é mais difícil, apesar de ter uma maior concentração de poder, tem menos mecanismos de escrutínio e era bom que tivesse mais. Era importante conhecer os principais contactos que os governantes têm com actores públicos, não digo conhecer toda a agenda – saber com quem almoçam os ministros ou os secretários de Estado —, mas pelo menos ser possível mapear a agenda dos contactos institucionais. Noutros países esses instrumentos já existem, mas, em Portugal, não. Temos relatos de ex-governantes que demonstram como são tomadas muitas decisões, bastidores de reuniões entre ministros... Em Portugal há um problema de transparência ao nível do Governo.

Em relação ao Parlamento, o estudo releva o facto de os deputados poderem integrar sociedades de advogados sem terem de declarar que interesses representam. Ora, as sociedades de advogados são, por natureza, ‘sindicatos’ de interesses privados. Acha que isto devia ser alterado?

Sim, devia, porque de facto temos muitos deputados em sociedades de advogados e ficamos sempre sem saber se estão a defender uma posição em nome do interesse público ou de outros interesses. As sociedades de advogados são dos principais agentes de representação de interesses e esta situação dúbia cria problemas de desconfiança nos políticos, mas também há riscos sérios de captura de determinadas áreas por interesses privados.

Este é um problema que a regulação devia ultrapassar para haver, pelo menos, mais transparência, senão mesmo definir-se como incompatibilidade dos deputados. E não é só ao nível do deputado: a própria Assembleia da República, como tem poucos recursos, delega muitos estudos e muitas audições a empresas privadas. Há muitos intervenientes, não só no processo legislativo, mas também a montante – como nasce uma questão na agenda política – e a jusante, pois o processo legislativo desenvolve-se a médio e a longo prazo. Essas questões deverão ser analisadas em outros estudos.

Sublinham no estudo que a representação de interesses tem um lado bom, seja a participação da sociedade nos processos de decisão, seja a informação específica que carregam para o legislador nas audiências e audições parlamentares. Portugal tem boas práticas, quando comparado com outros países?

Ao longo das últimas três, quatro décadas, tem havido maior número de grupos que se mobilizam e isso tem um reflexo a nível da participação cívica no processo político. O nosso Parlamento tem duas figuras [de auscultação da sociedade civil], as audições e as audiências, sendo que as primeiras acontecem nas comissões e são os deputados que chamam determinados agentes para os ouvir e as segundas são da iniciativa dos próprios grupos de interesse que pedem para ser recebidos pelos grupos parlamentares. Esta segunda figura não existe em alguns parlamentos, como em Espanha, onde os grupos com menos recursos e menos influência têm maior dificuldade de acesso ao legislador.

Identificaram alguns grupos com maior capacidade de influência sobre o legislador, em particular as ordens profissionais. Mas se isso é visível na saúde ou na justiça, por

exemplo, já não acontece em sectores económicos como a energia. Será porque as empresas privadas procuram influenciar os decisores políticos de forma menos visível, mais subtil?

Em Portugal não há, de facto, nenhum supergrupo que aparece como dominante em várias políticas, nos diferentes sectores prevalecem diferentes tipos de grupos [de *advocacy*]. Mas há assimetrias entre eles. As ordens profissionais têm um grande conhecimento técnico dos seus assuntos e são representativos de classes, e por isso podem jogar com a sua influência nos média, no Parlamento ou junto do Governo.

Já em relação a actividades económicas, para perceber a influência das empresas teria de se fazer um estudo específico em cada sector de actividade e mapear os interesses e a sua influência. Mas fizemos várias entrevistas a lobistas, a pessoas de agências de relações públicas, empresas de comunicação ou *public affairs* – as designações mudam mas todos fazem *advocacy*, que é mais do que lóbi ou representação de interesses. Vimos por exemplo, que há empresas que se mobilizam por canais informais, lobistas *in house*, que actuam de muitas formas, muitas vezes em relação directa com o Governo, o que é mais eficaz e menos visível.

<https://www.publico.pt/2022/06/20/politica/entrevista/portugal-ha-problema-transparencia-nivel-governo-2010550>